

NOTAS PREAMBULARES AO SIMPÓSIO
“Ciência, Conhecimento e Mercado”

Paulo Sucena ()*

1. Enquanto dirigente da FENPROF – Federação Nacional dos Professores, uma das entidades organizadoras deste SIMPÓSIO, permitir-me-ia deixar-vos algumas breves reflexões sobre a educação e a formação dos portugueses, primeira e indispensável etapa para a construção de uma sociedade em que ao conhecimento seja destinado um papel de relevante importância.

A direita, sustentada pela ideologia do “mercado eficiente” e pelas doutrinas económicas monetaristas, não se cansa de combater o Estado-providência, em crise desde meados dos anos 70, incapaz de incrementar o quadrado do desenvolvimento fordista cujos lados eram: pleno emprego, forte crescimento, baixa inflação, contas externas equilibradas. Com o definhamento do Estado-providência, vimos assistindo ao constante recrudescimento do capitalismo neoliberal com o seu infindável cortejo de injustiças e exclusões sociais perante um Estado que cada vez assume menos responsabilidades nas áreas sociais, designadamente na Educação, da educação pré-escolar ao ensino superior.

As políticas educativas dos últimos Governos vêm contribuindo para o empobrecimento da qualidade do sistema público, pondo em causa uma verdadeira democratização do ensino, condição primeira para o reforço da democracia e para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

2. Portugal tem hoje 2 milhões de pobres, sendo portanto necessário gizar estratégias que permitam dotar os pobres de instrumentos que lhes facilitem percorrer as vias da inclusão social, qualquer que seja o mercado. Só que este desígnio conflitua com o vento da globalização que o capitalismo neoliberal vem fazendo soprar e que arrasta os excluídos para lá da mais longínqua fronteira da cidadania em vez de os inserir socialmente.

Se olharmos a América Latina com os seus mais de 200 milhões de pobres e a África Sub-Sahariana devastada por guerras, pela desnutrição e pelo flagelo da Sida podemos concluir que o sombrio panorama português é suave perante os contornos dramáticos de algumas regiões do Globo. E uma certeza nos fica – a de que as nações e os homens ainda não foram capazes de pôr em prática as estratégias que possam permitir aos humanos, a todos os humanos, alcançarem a plena cidadania, apesar de vivermos num tempo de sofisticadas tecnologias incluindo as da comunicação, e em que o conhecimento e a ciência têm registado progressos assinaláveis. Porém, a retórica política não deixa de sublinhar o papel importante da

educação no combate à pobreza, por um lado, e no incremento da produtividade, da coesão social e da cultura democrática, por outro. Mas como as práticas governamentais não coincidem com a substância do discurso, a situação portuguesa deixa-me apreensivo quanto à possibilidade de Portugal ajudar a cumprir um dos “Objectivos do Milénio” – o que concerne à universalização da escolaridade básica até 2015, porque o abandono escolar nos 9 anos da actual escolaridade básica, em Portugal, se cifra ainda em índices preocupantes cujas consequências se repercutem no ensino secundário, segmento do sistema educativo que coloca Portugal na cauda da União Europeia no que toca ao número de diplomados com esse grau de ensino.

3. De outro ângulo, pode-se verificar que mesmo o aumento da formação dos humanos não é em si suficiente para produzir o crescimento da inclusão social e a diminuição da pobreza, o que significa que as políticas neoliberais não é no capital humano que apostam mas tão-só nesse deus des-alma-(a)do, cego, surdo e mudo a que chamam mercado, ferreamente orientado pelas regras do lucro. E para as cumprir a aposta é mais na “compra” de cérebros e dos seus conhecimentos científicos e tecnológicos do que na democratização do ensino e na defesa de uma escola pública de qualidade para todos.

É também fácil concluir-se que, independentemente de evidentes resultados positivos alcançados ao longo do tempo, as políticas educativas não são em si bastantes para atenuar a pobreza e aumentar a inclusão social porque os seus efeitos se esbatem quando as estratégias educacionais não são acompanhadas de uma política laboral justa, de medidas adequadas nos domínios da saúde e da segurança social e de projectos de desenvolvimento regional e local que facilitem uma melhoria universal da qualidade de vida.

A globalização capitalista tem vindo a exigir cada vez mais o aumento dos níveis educativos e por isso, em Portugal, a escolaridade obrigatória de 9 anos é já considerada insuficiente e aponta-se para uma escolaridade obrigatória de 12 anos, apesar do gritante incumprimento dos nove anos actualmente vigentes. A lógica do neoliberalismo é evidente e estende-se por dois planos: um, que se define pelo âmbito das qualificações e se reflecte na luta pelos postos de trabalho, e outro que se delimita nos mercados laborais onde num dos extremos encontramos os mais bem qualificados, ao nível do conhecimento e da competência científica, com ordenados muito altos, e, no extremo oposto, os não qualificados com salários de miséria.

O imprescindível aumento de educação choca, no nosso país como em outros, com crescentes parâmetros de mercantilização do ensino e de restrições na despesa pública nesta área, como o demonstra o Orçamento de Estado de 2005, no seguimento dos anteriores, com uma quebra superior a 2% no orçamento da educação. A isso acresce o favorecimento do ensino privado e a crescente desresponsabilização do Estado no desenvolvimento e expansão de uma escola pública e de qualidade para todos. Este processo é castrador das aspirações das

camadas e classes mais desfavorecidas verem os seus filhos acederem aos mais altos patamares de qualificação académica o que gera intoleráveis desigualdades e mantêm a força de determinadas camadas sociais para defenderem os seus privilégios.

É ainda necessário sublinhar que os pesados custos, directos e indirectos, que as famílias têm de suportar com a educação dos filhos e a necessidade de estudos prolongados confluem para roubar expectativas às famílias mais pobres e promovem o abandono precoce dos seus filhos do sistema educativo.

4. Centremo-nos agora nalguns aspectos que considero importante relevar.

Portugal atravessa um dos seus mais preocupantes períodos histórico-sociais, desde a Revolução de Abril.

A situação por que passamos tem muito pouco de conjuntural, com os seus eventuais halos de esperança, antes se afirma como uma crise de contornos estruturais, avassalada por uma fortíssima taxa de desemprego. Temos hoje cerca de meio milhão de trabalhadores desempregados.

Um dos aspectos mais referenciados pelo Governo – o da produtividade – em vez de alcançar êxitos, acumula derrotas, sendo os indicadores de 2002, relativamente à UE, de pior qualidade do que os registados em 1997.

Se tivermos em conta o PIB (a riqueza criada em cada ano, no país) “*per capita*” por habitante e o PIB “*per capita*” por empregado, verifica-se que o aumento do PIB por habitante, no período de 1995-2000, foi superior ao PIB por empregado: efectivamente, os aumentos naquele período de tempo foram, respectivamente, 52,7% e 37,9%.

Tal facto demonstra que o crescimento económico do país se deve mais ao aumento da mão-de-obra do que a um sustentado aumento da produtividade por empregado.

Esta realidade torna-se tanto mais dramática quanto a nossa população vai envelhecendo – o censo de 2001 mostrou que, pela primeira vez, a população portuguesa com idade igual ou superior a 65 anos, (16,4% da população total), atingiu uma percentagem mais elevada do que a população com 14 ou menos anos de idade (16% da população total).

Por outro lado, a percentagem que a população empregada representa em relação à população total portuguesa é já significativamente superior à média da UE, quer se trate de população masculina ou feminina.

Esta realidade mostra como é um profundo erro Portugal, que está à beira de atingir o esgotamento dos recursos humanos que a sua demografia lhe proporciona,

continuar a insistir numa política de desenvolvimento de natureza extensiva, isto é, de permanente aumento de mão-de-obra.

5. Se olharmos de outro ângulo: o da taxa de investimento portuguesa, ela é uma das mais elevadas da União Europeia, porém a maior parte desse investimento tem sido utilizado na produção dos chamados bens não transaccionáveis – pontes, estradas, edifícios, infra-estruturas – ou na promoção de actividades especulativas, ambas com manifesto pouco impacto nas áreas da produtividade e da competitividade que tanto preocupam o país.

Os quadros estatísticos mostram com meridiana clareza que os mais de 50% do total do investimento nacional, canalizados para o sector da “construção”, não aumentam a capacidade produtiva do país e nem sequer têm implicações imediatas na melhoria da produtividade e competitividade nacional.

Segundo o economista Eugénio Rosa, “esta orientação maioritária do investimento realizado em Portugal para bens que não determinam um aumento directo e imediato da produtividade e da competitividade nacional (os chamados bens não transaccionáveis), por um lado, resulta da incapacidade da maioria dos empresários portugueses para investir nos elos mais nobres da cadeia de valor que permitiria aumentar a competitividade e a rentabilidade (exs: inovação, qualidade, marca, canais de distribuição, marketing, internacionalização, etc.); por outro lado, é determinado pelo desejo de enriquecer rapidamente através de aplicações em actividades especulativas como sucede com a construção civil; e, finalmente, também resulta da ausência de uma verdadeira estratégia governamental e nacional de desenvolvimento para o país. Esta prioridade ou falta de prioridade clara nos investimentos a realizar tem contribuído para consolidar um modelo de “desenvolvimento” que se caracteriza maioritariamente por trabalho pouco qualificado e mal remunerado, como sucede no sector da construção civil.”

6. Esta estratégia, como os dados de 2002 o confirmam, tem conduzido a uma preocupante e real falta de competitividade das empresas portuguesas perante a concorrência estrangeira. Na verdade, o saldo negativo entre as importações e as exportações é superior a 11 mil milhões de euros. Esta diferença é tanto mais dramática quanto representa cerca de 50% de tudo aquilo que Portugal foi capaz de exportar em 2002 – 22.691.7 milhões de euros.

Permita-se ainda uma breve referência ao saldo negativo com a Espanha (cerca de 5 milhões de euros) que significa um valor superior a 50% de todo o saldo negativo relativo a todos os outros países da União Europeia. Tal facto mostra, de algum modo, como a política seguida por Portugal é de inequívoca submissão aos interesses espanhóis que têm aproveitado esta situação para exercerem um pesado domínio sobre a economia portuguesa.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, toda esta situação se agravou durante o ano de 2003. Em primeiro lugar porque se constatou uma notória quebra na taxa de crescimento das exportações para a União Europeia, cifrada em apenas um crescimento de 0,8% durante o primeiro semestre de 2003; Em segundo lugar, porque as exportações para os restantes países do mundo tiveram, no mesmo período, uma diminuição de 2,2%.

Estamos assim perante algumas das razões que contribuíram para a recessão económica em que Portugal se encontra submerso, desde o Governo anterior que elegeu “as exportações” como motor do crescimento económico. Só que este motor gripou.

7. Salvo melhor opinião, o país tem-se confrontado com uma política educativa que tem asfixiado gravemente o modelo de crescimento económico português, assente numa população com um nível de escolaridade bastante baixo.

Os dados do censo de 2001, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, comprovam o que se acabou de dizer.

Verifica-se que em pleno século XXI continua a persistir uma triste realidade: 31% da população empregada continua a possuir apenas o 1º ciclo do ensino básico ou ainda menos; 62,6% têm o 3º ciclo ou nem isso; se tivermos em conta a população empregada com o 3º ciclo completo ela representa apenas 7,3%, enquanto somente 11,5% daquela população possui o ensino secundário completo.

É indispensável sublinhar que este grave problema das baixas qualificações não atinge apenas a população mais idosa. O mesmo fenómeno grassa na população que fez os seus estudos depois do 25 de Abril.

Se tivermos em conta a população empregada com menos de 34 anos (portanto toda formada depois de Abril de 74), verifica-se que ela representa 41,9% da população total empregada e que as suas qualificações são extremamente precárias.

O censo de 2001 revela que 54,2% dos indivíduos com idade inferior a 34 anos possuíam apenas o 3º ciclo do ensino básico completo ou incompleto. Isto significa que o 25 de Abril não alterou radicalmente o terrível ciclo dos baixos e insuficientes níveis de escolaridade, o que é tanto mais dramático quanto os actuais 2º e 3º ciclos do ensino básico são gritantemente insuficientes.

Se, por outro lado, tivermos em conta que aumentou o peso da população habilitada apenas com o ensino básico, estagnou a percentagem da população com o ensino secundário, e se notam diminuições na população do ensino superior, fácil é concluir que esta situação constitui um tremendo *handicap* a qualquer incremento, em Portugal, de um modelo de desenvolvimento e de progresso assente em trabalho qualificado e justamente remunerado.

Uma outra situação, ainda mais grave, se articula com a atrás referida – a do abandono escolar precoce.

De acordo com o “Plano de Acção da Comissão da União Europeia para a Competência e a Mobilidade – COM – 2002”, no ano de 2001, em Portugal, 43,1% dos “jovens com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos abandonam o ensino precocemente sem formação ulterior”, sendo a média na União Europeia, nessa mesma altura, de 18,5%.

Se dirigirmos o foco da nossa atenção para o ensino superior, este nível de ensino deixa-nos cheios de dúvidas e perplexidades. A primeira pergunta que surge é a de se saber se o esforço financeiro suportado pelo Estado e pelas famílias destinado àquele nível de ensino está a ser orientado para as áreas mais adequadas para promover um efectivo desenvolvimento do país de acordo com o contexto em que está mundialmente inserido ou, se, pelo contrário, está a ser utilizado para gerar mais desemprego entre licenciados ou tão só a formar gente de forma desadequada àquela que o desenvolvimento de Portugal exige. O certo é que, segundo o censo de 2001, em Portugal, os empregados com licenciatura constituíam 10,9% da população empregada quando na União Europeia essa percentagem já ultrapassa os 24%.

O “Anuário Estatístico de Portugal – 2002”, publicado pelo INE em 2003, mostra que, em Portugal, há uma significativa distorção se tivermos em conta os alunos matriculados, no ensino superior, no ano lectivo de 2001-02. Na verdade cerca de 54,1% do total de alunos do ensino superior estavam matriculados em cursos cujo âmbito se estendia pelos ramos de ensino, das ciências da educação, ciências sociais e de comportamento, direito, jornalismo, comércio e administração, em que um terço das ofertas pertencera a universidades privadas. Por sua vez o total de alunos matriculados em cursos de ciências, de matemáticas, de tecnologias, de agricultura, pesca e veterinária não alcançavam os 24% dos alunos matriculados no ensino superior, dos quais apenas um décimo frequentava universidades privadas, responsáveis, com o aval dos Governos, por esta distorção.

Estamos sem dúvida perante uma situação que se perfila como um sério obstáculo ao desenvolvimento de Portugal, mas que o Governo contempla com um olhar indiferente.

8. Outra preocupação que não podemos deixar de assinalar reporta-se à política de investimento na investigação.

Segundo dados da OCDE, Portugal ocupa os últimos lugares na percentagem de investimento do Produto Interno Bruto (PIB) em investigação, para a qual disponibilizou, em 2003, cerca de 0,8% do PIB, menos de metade da média dos países da UE dos quinze (2%). Também em termos de percentagem de capital de risco investido na ciência, Portugal continua no fundo da tabela. Os Estados Unidos

e a Islândia estão no topo da lista com um investimento de quase 5% do PIB. O relatório recorda que, em Portugal, o investimento por aluno do ensino superior é igual ao do México e menos de metade da média dos países da OCDE.

Esta falta de investimento e atraso relativamente ao praticado em outros países desenvolvidos, em particular aos parceiros da UE, é patente não só no investimento público como no privado.

Ultimamente tem-se assistido a uma crescente aposta política no incentivo ao investimento privado em Ciência e Inovação. Infelizmente, tal como em outras áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como a educação ou a saúde, esta estratégia não visa aumentar o investimento nessas áreas mas sim poupar dinheiro ao Estado. Mais dinheiro privado é visto como uma forma de continuar a adiar o aumento das verbas disponíveis para o desenvolvimento dessas áreas estratégicas com o consequente arrastamento do país para a cauda da Europa.

Se é necessário, ou pelo menos louvável, que o sector privado invista em Ciência, essa condição não é suficiente para uma Política de Ciência e não pode servir de pretexto para o continuado adiamento de um Investimento Público sério, estruturado e em sintonia com os restantes países do primeiro mundo. Tanto mais quanto o privado só está interessado em investir em Ciência com retorno a curto prazo, isto é, pouco interessado estará em financiar a investigação básica e privilegiará fundamentalmente o apoio à investigação aplicada que lhe garanta ser rapidamente ressarcido. Mas poderá haver desenvolvimento sustentado a longo prazo só com o recurso à investigação em ciência aplicada? Dizem os especialistas que não.

9. A terminar, e com todo o apreço pelos docentes e investigadores que, muitas vezes em precárias condições, contribuem com a sua inteligência, trabalho e persistência para o progresso científico e cultural do país, não posso eximir-me a relevar que da política de Governos orientados pelo neoliberalismo só se pode esperar o entrave à melhoria das qualificações dos portugueses, o recrudescimento do abandono escolar precoce e o estreitamento do horizonte de desenvolvimento e progresso do nosso país. É imperioso e urgente inverter este caminho e democratizar a escola pública, dar-lhe a mais alta qualidade, promover efectivamente a ciência e a cultura e apoiar eficazmente a investigação, porque esta pátria, a que o poeta Carlos de Oliveira, há cerca de 60 anos, chamou *mãe pobre de gente pobre*, continua a ser um chão de esperança do povo português.

Esperança que para ser cumprida numa sociedade estratificada e profundamente desigual, em que homens e mulheres se consideram, como dizia J.P. Sartre, “como um puro *estar-aí* sem relação de solidariedade com o todo social”, exige que os humanos empreendam um vitorioso movimento visando construir a universalidade da situação, condição da moral, (continuo a servir-me do pensamento de Sartre) atingível apenas numa sociedade dirigida por princípios de equidade. Desígnio que,

em pequeno formato, passa por criar condições para que todos tenham possibilidades de aceder ao conhecimento e à ciência, compromisso político que, tendo em vista o todo social, mantém viva e actual a luta de classes visando, como dizia o filósofo de “L’Être et le Néant”, a edificação de “uma sociedade onde já não se encontrarão superiores nem inferiores”. Então, as regras do mercado também serão outras.

Lisboa, 21 de Outubro de 2004

() Secretário-Geral da FENPROF*